

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SOARES, Torquato Brochado de Sousa (Porto 1903 - Vila Meã, Amarante 1988)

Torquato Soares nasceu em 7 de Março de 1903, no Porto onde concluiu o curso complementar de Letras no Liceu Rodrigues de Freitas. Das raízes familiares de Vila Meã, no Douro amarantino, recordará sempre as férias de infância com os avós na casa senhorial de 'villa' e capela, etapa que marcaria nele uma certa forma de ver a história de Portugal (*Mãe-Pátria*, 1958). Os principais traços da sua biografia, obras e trabalhos publicados, cargos que desempenhou e honras que obteve já foram estabelecidos pelos historiadores da Academia Portuguesa da História citados na sua bibliografia passiva (2003). Certamente, a consulta do seu arquivo e biblioteca, o acesso aos relatórios das suas missões no estrangeiro e da sua estadia, ao longo de cinco anos, em Angola, poder-nos-ão fornecer ainda novos dados. Licenciado na antiga Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1928) em Ciências Histórico-Geográficas, em 1924, com 19 valores, aí viria a ser Assistente e Professor Auxiliar, entre 1927-1930. Extinta aquela Faculdade e tendo prosseguido a investigação como bolseiro no país e em Espanha (onde se ligaria a Cláudio Sánchez Albornoz), doutorou-se em Coimbra, em 1935 com a tese *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média* (nova edição, fac-similada, com prefácio de H. Baquero Moreno, 1989). Muitos anos depois, das suas Provas de Agregação no prosseguimento da carreira universitária resultou o livro, *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, publicado pela Faculdade de Letras de Coimbra, em 1962. Em 1970 editava *Contribuição para o estudo das origens do povo português* que não é bem a continuação da obra anterior mas, a sua refundição pois segundo justifica: 'entendemos que se impunha uma investigação mais aprofundada'. Professor catedrático daquela Universidade ali continuaria até à sua jubilação tendo feito porém duas interrupções: entre 1957-1959, por ter sido contratado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo (Brasil); entre 1965-1970, por ter sido convidado para Angola, onde participou na implantação dos Estudos Gerais Universitários, vindo a exercer funções de delegado do reitor no pólo de Sá da Bandeira (actual Lubango) entre 1967-1970. Regressado nesse ano a Coimbra, retomaria o seu lugar de docente, sendo também nomeado director do Arquivo da Universidade. Jubilou-se em 1973 mas, até à morte viria a publicar ainda cerca de trinta outros trabalhos históricos. A sua última obra, como que seu testamento historiográfico, reafirmando as suas principais teses sobre as origens de Portugal, seria editada postumamente com o título



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de *Formação do Estado Português* (1989).

Paralelamente aos seus trabalhos de docente e investigador, participou activamente em vários congressos internacionais de História, onde apresentou comunicações, como o Congresso do Mundo Português (Lisboa, 1940); o de 'S. Martinho de Dume' (Braga, 1950); o 'Congresso Histórico de Portugal Medieval' (Braga, 1960) e as Primeiras Jornadas Luso-Espanholas, 'A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Idade Média' (Lisboa, 1972); II Congresso de Guimarães (Guimarães, 1981).

Era académico correspondente da *APH* desde 1938 e académico de número desde 1946; Sócio efectivo da *Sociedade de Geografia de Lisboa*, desde 1940 e Sócio correspondente da *Academia das Ciências de Lisboa*, desde 1962. Era ainda membro da Real Academia de la História de Madrid, desde 1944, da Real Academia Gallega da Corunha, desde 1945, do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo (Brasil) além de várias outras instituições. Em 1986, pela sua última obra, *Formação do Estado Português*, receberia o prémio P. M. Laranjo Coelho, da *APH*. Morreu na casa avoenga de Marmoiral, em Vila Meã (Amarante), em 10 de Dezembro de 1988, aos 85 anos. Deixava quase duas centenas de trabalhos publicados, entre livros, artigos de revistas e dicionários, colaboração em obras colectivas, edição de textos e documentos, recensões críticas (três dezenas), perfis biográficos, comunicações a congressos, discursos, palestras, relatórios de cursos de férias da Faculdade de Letras de Coimbra, intervenções várias.

Incansável investigador e autor, em que é impossível distinguir o professor do historiador, foi homem de grande dinamismo e iniciativas em prol da história, do seu ensino e da sua divulgação que via 'como um apostolado': secretário e depois presidente do Instituto de Estudos Históricos da sua Faculdade (fundado em 1911 e hoje designado Instituto de História Económica e Social), deve-se-lhe (em colaboração com Paulo Merêa e Damião Peres) a fundação da *Revista Portuguesa de História* (Coimbra, desde 1941), a criação dos *Estudos de Humanidades* (Sá da Bandeira, 1970) e o aparecimento do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* (desde 1973). Para a *RPH*, em cujos primeiros números predominava a temática medieval, TSS redigiu 7 recensões críticas em 1941 (I volume), 8 em 1943 (II volume) e 6 em 1947 (III volume).

É também da sua autoria a edição abreviada de algumas crónicas de Fernão Lopes (*Crónica de D. Pedro*, 1943; *Crónica de D. Fernando*, 1945) com 'intenção pedagógica', 'para a gente nova' das escolas, destacando, como refere, capítulos de matéria variada com a preocupação de equilíbrio: cenas de caça ao lado de episódios militares, medidas de administração 'e sobretudo os lances em que se afirma a consciência nacional'. Da *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*, de Gomes Eanes de Zurara, fez um longo estudo crítico com anotações (1981).

Foi porfiado trabalho seu, ao longo de uma década, a segunda edição da obra de H. da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, ampliando-a de 4 para 11 volumes, com longa introdução geral de 63 páginas e muitas notas eruditas, essencialmente de carácter económico e social [Livraria Sá da Costa, 1945-1954]. No seu plano previa ainda um volume de notas remissivas que,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

afinal, não chegou a realizar.

Já em 1924 Fidelino de Figueiredo, elogiando a obra de Gama Barros, classificava de ‘lacuna grave [na primeira edição] a falta de índices analíticos que facilitem a consulta do seu riquíssimo conteúdo’ (*História da Literatura Realista*, 1924, p. 286). Por sua vez, Orlando Ribeiro [1987] observava ser esta [a de TSS] uma ‘edição nova, arejada, cuidada e anotada’, mas lamentava-se: ‘falta o imprescindível índice analítico - lacuna tanto mais deplorável quanto o da primeira edição é muito sucinto’ (p. 90, n.10). Quanto a alguns aspectos das notas introduzidas, o geógrafo é mais contundente. Assim, quando se refere à posição de TSS sobre o ‘armamento’ aponta fraquezas de argumento: ‘nesta erudita adjunção, o historiador português confronta mais autoridades do que factos - e daquelas, uma que considera indiscutível: Sánchez Albornoz!’ (p. 95, n. 13). TSS não se limitou a actualizar uma edição anterior ou a editar manuscritos que o seu autor não pudera concluir, mas assumiu a tarefa de organizar novos volumes com a grande quantidade de ‘provas’ e de notas dispersas em maços de verbetes que o mesmo deixara em arquivo ‘perfeitamente ordenadas’. Na sua introdução TSS, esboçando a biografia, pôde apreciar criticamente a metodologia seguida pelo autor, ‘sem formação histórica mas de formação jurídica, deformação que se reflecte na estrutura desproporcionada da obra que pretende ser uma história das instituições’. Por outro lado, sublinha, que o pendor para a análise minuciosa deste infatigável leitor de textos ‘torna impossível a síntese sem a qual não há, verdadeiramente, história’ (Gama Barros, *oc.*, 1945, p. XL). Mas TSS protesta que esta obra ‘é mais de Gama Barros que nossa’ e conclui tratar-se de trabalho de mérito excepcional que, doravante os eruditos não poderão ignorar se quiserem ‘abordar com seriedade a vida da nossa sociedade medieval’.

Atento em ‘actualizar’ a historiografia nacional, prestava igualmente atenção aos rumos historiográficos de além fronteiras. A TSS se deve, assim, a abertura da sua Faculdade a conhecidos professores de universidades europeias que - novidade absoluta entre nós - ali vieram reger cursos ou proferir lições, especialmente nos domínios da história medieval, económica e social, tais como Charles Verlinden da Universidade de Gand (1946 e 1947), Yves Renouard, da Universidade de Bordéus (1949 e 1950). Os cursos do professor Verlinden seriam editados, em 1948, pelo Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos com o título de *Introduction à l’histoire économique générale*. O historiador belga fez ainda em Coimbra duas conferências que apelavam à inovação e actualização metodológica: ‘L’Histoire est une science et une art’; ‘Qu’est ce que l’histoire sociale?’ Para leccionar Literatura provençal medieval, para Coimbra viria o francês Pierre David que, tendo ensinado por cerca de vinte anos na Missão Universitária Francesa da Polónia (Cracóvia) fora obrigado a abandoná-la em 1939, estabelecendo-se na cidade do Mondego desde 1941 até à morte em 1955. Por seu lado TSS contribuía para esses contactos viajando ele mesmo por Espanha, França, Itália, Brasil e Argentina, dando cursos, participando em congressos, tomando contacto com teses aí publicadas e travando relações com historiadores desses países. Não parece colher-se dos seus objectivos a tarefa de fazer discípulos ou encontrar nas gerações mais novas formas de busca



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de novos rumos para a investigação e ensino da história ou de renovação da sua escola. A sua tentativa de contratar José Mattoso para professor de história medieval em Coimbra, no princípio dos anos 1960, viria a falhar e a renovação da sua Faculdade teria que esperar pelos acontecimentos que se seguiram à revolução de Abril de 1974.

Toda a sua investigação e produção historiográfica, desenvolvida ao longo de mais de meio século, se pode sintetizar num trio de temáticas principais: instituições municipais e municipalismo; povoamento do território português; formação de Portugal. À primeira, a que consagrara já os seus *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais* (1931) dedicaria também a dissertação de doutoramento, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média* (1935). Alguns grandes especialistas da época, professores de Faculdades de Direito ou de Letras (História), nacionais e estrangeiros, saudaram as duas obras, discordando de certas afirmações da primeira, como a origem romana dos concelhos urbanos (que tentava reabilitar as teses de Alexandre Herculano) e do que chamava ‘concelhos distritais’ (L. García de Valdeavellano). Classificavam a segunda como ‘sólidas páginas de história política’ mas faziam incidir a sua crítica negativa na falta de enquadramento na ‘topografia e fisionomia do aglomerado citadino e sua região’ (Paulo Merêa) ou na predominância de aspectos jurídicos e na diminuta importância dada aos aspectos económicos e sociais, pois como observava um deles, ‘se o direito regula as relações entre os indivíduos é impossível compreendê-lo sem determinar previamente o que move a tais relações’ (Charles Verlinden). Se alguns medievalistas de hoje continuam a sublinhar esse sentido excessivamente jurídico e a deficiência de geografia humana (J. Mattoso, 1985) ou a falta de uma ‘visão social assente em infra-estruturas materiais que ultrapassa a visão tradicional’ (H. Baquero Moreno, 1989), outros como José Marques destacam nele aspectos de ‘pioneiro metodológico’ e ‘inovador’ (M. Helena da Cruz Coelho).

Historiador cientificamente probo e homem íntegro, TSS aceitou com humildade aquelas críticas e confessa ter procurado corrigir as deficiências apontadas continuando a debater e aprofundar os mesmos problemas, em artigos posteriores como: ‘As cartas de foral. Constituição dos concelhos rurais e urbanos’ (1937), ‘Henri Pirenne e o problema das origens das instituições municipais da Reconquista’ (1939), ‘Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista’ (1941 e 1943), ‘A organização municipal do Porto no tempo do Infante D. Henrique’ (1960), ‘A organização municipal do Porto dos séculos XII a XIV’ (1962). O seu artigo sobre ‘concelhos’ no *Dicionário de História de Portugal* (1971), sintetiza, de algum modo, o amadurecimento final da sua posição sobre o assunto. Sobre a *temática* do povoamento do território português na Reconquista cristã, TSS, que inicialmente tentava seguir os ‘romanistas’ Herculano e Gama Barros, veio a adoptar as posições ‘germanistas’ de Cláudio Sánchez Albornoz (que, como vimos, nos primeiros anos da década de 1930 conheceu em Madrid e de quem se tornara discípulo e amigo), incluindo a defesa do ‘ermamento’ como deserto estratégico que opunha cristãos e muçulmanos. Tal posição cedo o levou a entrar em polémica com o seu colega da FLUC, Avelino de Jesus da Costa. Este demonstrava em



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

provas de doutoramento, com documentação até então inédita, na sua tese *O Bispo D. Pedro e a restauração da Sé de Braga* (1959) como tal posição era insustentável. As divergências entre os dois professores e historiadores medievalistas da mesma 'escola de Coimbra' foram patentes nas suas comunicações ao II Congresso de Guimarães, em 1981 e em artigos na *RPH* do mesmo ano, além de vivas defesas nas respectivas aulas ou em júris de provas em que ambos participavam. Argumentando e defendendo cada um as suas posições, a polémica foi sempre um debate amigável, não ultrapassando os aspectos científicos e dando o exemplo de saudável discordância ao nível historiográfico, mostrando a possibilidade de interpretações divergentes e as dificuldades da objectividade e acesso à verdade, ao nível das ciências sociais e humanas. Quanto ao terceiro tema, sobre a formação de Portugal, que TSS desde 1937 ('Política internacional – constituição do Condado e do reino de Portugal e suas relações diplomáticas com a Cúria Romana e com Castela') continuará a cultivar até à morte (o último livro é já póstumo), desenvolveu-o numa trilogia, ao longo de toda a sua carreira de investigador: 1. *Reflexões sobre a origem e formação de Portugal*, Coimbra, 1962 [provas de Agregação]; 2. *Contribuição para o estudo das origens do povo português*, Sá da Bandeira, 1972. 3. *Formação do Estado Português*, Trofa, 1989.

É notória a atracção de TSS pelo problema das 'origens' (de Portugal, do povo, da nacionalidade, das instituições municipais, do Estado) na procura de raízes profundas e distantes para os problemas históricos medievais portugueses. Fazia-o, não na ilusão preguiçosa de quem pensa que o começo tudo explica, como censurava Marc Bloch; mas, na sequência dos trabalhos de arqueologia, etnografia e antropologia de Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos, Alberto Sampaio, Mendes Correia e outros estudiosos, procurando informação mais segura e aproveitando linhas interpretativas (nem sempre concordantes) da escola a que pertencia e que levava mestres e colegas seus ao debate de problemática semelhante: Damião Peres, *Como nasceu Portugal* (1938) ou Paulo Merêa, *De 'Portucale' (civitas) ao Portugal de D. Henrique*, (1943, teria uma edição refundida em 1967). Fazia-o talvez ainda para responder ao apelo de encontrar sólida fundamentação histórica da celebração dos centenários da fundação e restauração de Portugal que em 1940 teriam lugar. Portugal era, desde as origens, um país de vocação missionária e a fidelidade à essa tradição matricial do espírito nacional era, a seu ver, a correcta linha de rumo da sua história. Bem integrado no Estado Novo, TSS, encontrava na história a justificação da sua posição político-ideológica, em sintonia com os dirigentes da nação ('A Tradição histórica portuguesa no pensamento político de Salazar', 1966).

Como esclarece na introdução à nova edição da obra supracitada de Gama Barros (1945), se se é historiador, a investigação meticulosa e fiel tem de levar, fatalmente, o medievalista português ao estudo das origens. É verdade que muitos pormenores de cronologia e estabelecimento dos factos podem ter ficado mais esclarecidos mas quase sempre a grande problematização histórica e a contextualização europeia estão bastante ausentes. O seu seguimento fiel da escola metódica é patente. Para bem avaliar a influência desta e mesmo do historicismo alemão nos professores e historiadores da Universidade de Coimbra na primeira metade do século XX, veja-se os dois recentes trabalhos de António de Oliveira que



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

citamos na bibliografia.

O seu convívio fácil e o gosto de partilha de conhecimentos com colegas e amigos levou-o a colaborar em algumas obras colectivas como: *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. A. Baião, Lisboa, Ática, 1937-1940, 3 v. [vol. I: Política internacional; Política administrativa; Política de fomento]; *Nova Monografia do Porto* [O Porto Medieval], 1938; *História da cidade do Porto*, Portucalense Editora, Porto, 1862-1965, dir. A. de Magalhães Basto; *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas editoriais, 1971-1973 [Afonso I, D.; Aforamentos; Astúrias, reino das; Barros, Henrique da Gama; benefício; concelho; *concilium*; condado Portucalense; confirmações; cúria régia; enfeudação e Portugal à Santa Sé; ermamento, o problema do; feudalismo em Portugal; terra ou território de Coimbra]; *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, 1963-1975: [Barros, H. da Gama; Portugal, da Reconquista ao início da Expansão; prestameiro; préstamo; presúria; privilégio; Ricimiro; sesmarias; Viriato]. O gosto da oratória permitiu-lhe escrever e proferir vários discursos de cariz histórico em ocasiões solenes como nos doutoramentos *honoris causa* pela Universidade de Coimbra do cardeal francês da Cúria Romana, Eugène Tisserand (1956), de Maria Helena da Rocha Pereira (1956), de Richard Pattee (1960) e do sociólogo brasileiro Gilberto Freire (1962). Deixou breves perfis biográficos e científicos de estudiosos, colegas e amigos, como Alberto Sampaio, Afonso Tauney, A. Botelho da Costa Veiga, H. da Gama Barros, Francisco Manuel Alves (abade de Baçal) Paulo Merêa, Pierre David, Damião Peres, Rui de Azevedo, Mons. Pereira dos Reis, António de Vasconcelos, Guilherme Braga da Cruz e outros.

Dotado de aguda mentalidade crítica, como já referimos, TSS envolveu-se em várias polémicas, que ele soube manter sempre cordatas e no plano do debate científico. Com Avelino de Jesus da Costa, seu colega medievalista na FLUC, sobre a existência ou não de 'ermamento' na Reconquista; com Sánchez Albornoz, seu mestre e amigo, sobre o «acaso» na formação e independência de Portugal. Em 1959 a discordância do Prof. Tomás Óscar Marcondes de Sousa, da Universidade de S. Paulo, (com quem já polemizara Damião Peres, dez anos antes) era sobre o sentido do '*colonialismo português*', em especial na Índia e no Brasil. Na sua argumentação-resposta TSS prova que os documentos apresentados pelo seu adversário, 'impenitente lusófono', sobre os quais assentava o seu raciocínio 'eram sumários deficientes dos textos invocados, 'graves deslizos', mal interpretados. Ignoramos porém, a réplica de Marcondes e como terminou a polémica.

O que era, afinal, para TSS a história? Na grande profusão dos seus escritos não é fácil encontrar uma definição teórica própria e precisa, nem sobressai a preocupação explícita com problemas de teoria ou epistemologia da história, mesmo naqueles estudos cujo título parece mais próximo como em *Algumas reflexões sobre o sentido da História*, Luanda, 1968 e Sá da Bandeira, 1971 ou na conferência 'Linha de Rumo da História de Portugal' (S. Paulo, *Revista de História*, n.º 35, 1958). Seguidor da escola metódica, TSS entende como 'seu dever despertar na alma da nação a consciência de si mesma pelo conhecimento aprofundado da sua história'. A sua concepção da história é erudita e aparece intrinsecamente ligada ao



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

seu entranhado sentido nacional de utilidade política (*O Caso português*, 1973; *Exortação ao povo português e às suas Forças Armadas*, 1974). Tal concepção, sublinhando o carácter nacional e a missão civilizadora de Portugal, ajuda a compreender a sua viragem para temas ultramarinos nos anos 1950-1970: *O Colonialismo português* (1959), Acerca da chamada 'Crónicas dos Feitos da Guiné' (1960), 'Algumas observações sobre a política marroquina da Monarquia Portuguesa' (1962), 'A Marinha portuguesa: sua contribuição para o robustecimento da independência e expansão nacional em África. Significado das viagens de Diogo Cão' (1971) e *Comentário a uma entrevista* (1973). Assim, a sua concepção de história colhe-se melhor nestes textos ou em discursos e recensões críticas do que em estudos teóricos ou analíticos. À maneira de M. T. Cícero, TSS entende a história como género moral, 'magistra vitae': « a história é e continua a ser - de uma maneira cada vez mais evidente - a Mestra da Vida » (*O espírito municipalista fator da comunidade luso-brasileira*, 1960). Mas, em vários trabalhos, seguidor do historicismo alemão como muitos colegas da sua Faculdade, sublinha mais a explicação do que a compreensão: «a história não consiste senão em verificar os factos, analisá-los, aproximá-los marcar-lhes o lugar» não dispensando, porém, nomeadamente na história das instituições, como G. Droysen ensinava, o aspecto reflexivo, o formular de algumas questões conceptuais e mesmo alguma concepção filosófica para alcançar a síntese, sem a qual não há, verdadeiramente, história. ('Introdução' a H. da Gama Barros, *oc.*, 1945, vol. I, pp. XL). Mas, como em outros dos seus mestres franceses, Fustel de Coulanges (1830-1889) e mais proximamente Pierre David (1882-1955), predominava nele o gosto do método crítico-filológico, no pormenor de examinar os vários elementos do texto e na preocupação de estabelecer o sentido rigoroso de cada palavra como se observa nas notas de muitos dos seus trabalhos. Um certo abstracionismo nas suas considerações levava-o a resvalar, teoricamente, por vezes, para a filosofia da história como a entendiam Herder, Berdiaeff, Ortega y Gasset e até mesmo para a sua teologia invocando posições de S. Agostinho e de S. Tomás de Aquino (*Algumas reflexões*, 1968). Embora sempre pronto a corrigir erros que a crítica autorizada lhe apontava, não é, no entanto, perceptível ao longo da sua extensa carreira grande mudança de concepções ou profunda e notória alteração de rumo do seu pensar histórico. É verdade que, leitor atento e assíduo de Marc Bloch de quem já recenseara *A Sociedade Feudal* como 'obra verdadeiramente magistral' e notara o importantíssimo testemunho historiográfico de *L'Étrange défaite*, a Bloch dedicou também um longo e sentido artigo na *RPH*, prometendo para depois, um mais extenso exame crítico à obra do mesmo, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, que nunca realizaria (*RPH*, III, 1947, pp. 634-654), ele aceitava a definição da história de Bloch como 'compreensão e ciência dos homens no tempo' e como sendo 'essencialmente a ciência da variação, do que não se repete' (*O espírito municipalista*, 1960). Iguamente reivindicava a atitude historiográfica preconizada por Lucien Febvre, como quando o cita em epígrafe ao último dos seus trabalhos: '- No começo, no meio e no fim, o documento? Só o documento? - Não: no começo, no meio e no fim, o espírito. O espírito que procura. O espírito que corre entre os factos, como o fogo entre as urzes' (*Formação do Estado português*, 1989), mas, na sua globalidade, as suas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

práticas de escrita da história não corresponderiam a estes enunciados.

Apesar destas incursões, TSS não é um seguidor da 'escola dos *Annales*'. Dotado de grande espírito crítico, analítico, claro e compreensivo, privilegiou a história política destacando sempre os acontecimentos; alimentou o culto do documento e da sua minuciosa análise (a sua função académica de professor de paleografia e diplomática e de autor de um álbum de documentos paleográficos que teria três edições – 1942, 1957, 1961 – e o seu afã de pioneiro na recolha de fontes documentais da história de Portugal nos arquivos estrangeiros - microfilmes e fotografias para o Arquivo da sua Faculdade - reforçaram seguramente esta característica erudita). Neste sentido se deve assinalar ainda a edição crítica, juntamente com Pierre David, do *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, em 2 volumes, em 1947-1948. A publicação no II volume da *RPH*, em 1943, de 'Um falso documento pontifício de Coimbra' mostra bem o seu gosto pela transcrição rigorosa dos documentos e pelos estudos críticos na destrição de textos falsos, interpolados ou verdadeiros. Por outro lado, deixou-nos pequenos estudos biográficos que são verdadeiras obras-primas de precisão e rigor. Gostava da história comparada (que tentou), mas a sua pouca sensibilidade à análise estrutural e dos movimentos sociais não encontrou eco no diligente trabalho que teve em promover na sua Faculdade a abertura a estudos e cursos de história económica e social a cargo de professores estrangeiros por si convidados, como acima referimos, e cujas temáticas ele mesmo desenvolveu em notas à sua edição da citada obra de H. da Gama Barros (1945-1954), em alguns artigos na *RPH* (1955, 1965) e em entradas no *DHP* (1971-1973). Pouco inclinado aos trabalhos de síntese (embora confessando repetidamente que sem ela não há, verdadeiramente, história), preferindo a análise, narrativa e descritiva, TSS, atraído pelo historicismo mas afastado do positivismo histórico, embora atento às novas correntes historiográficas vindas de França, tentou um certo ecletismo mas permaneceu sempre mais marcado por aquilo que, na designação de um investigador recente (1995) já foi classificado como característica da escola histórica de Coimbra no século XX até ao princípio dos anos 1970, como '*historicismo neo-metódico*'.

Bibliografia activa: *Subsídios para o Estudo da Organização Municipal da Cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1935 (tese de doutoramento); 'Introdução', in Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945, 2.^a, pp. XI-LXXIV; 'Marc Bloch', *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 3, 1947, pp. 634-654; *O Colonialismo português*, Coimbra, ed. do Autor, 1959; *Curriculum Vitae*, Coimbra, 1961; *Reflexões sobre a Origem e a Formação de Portugal*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1962; *Algumas Reflexões sobre o sentido da História*, Luanda, Estudos Gerais Universitários de Angola, 1968; *Contribuição para o estudo das origens do povo português*, Sá da Bandeira, Estudos Gerais Universitários de Angola, 1970; 'Despovoamento e repovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII ao XI', *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 10, 1981, pp. 1-13; *Formação do Estado*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Português, Trofa, Livraria Editora Sólivros de Portugal, 1989; 'Concelhos'. *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, I, 1971, pp. 651-654; 'Ermamento, o problema do', *ibidem*, II, pp. 71-73; 'Feudalismo em Portugal', *ibidem*, II, pp. 228-230. Damião Peres, *Como nasceu Portugal*, recensão in 'Ocidente', I (3), 1938, pp. 456-459; 'Discurso de Abertura' in *Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 1.ª, Lisboa, 1973, *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, 1974, pp. 31-38.

Bibliografia passiva: AA. VV., *Estudos Gerais Universitários de Angola 50 anos História e Memórias*, Lisboa, Colibri, 2014; COELHO, Maria Helena da Cruz, BAQUERO MORENO, Humberto, *No 1.º Centenário do Professor Doutor Torquato de Sousa Soares (1903-1988)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2003; COSTA, Avelino de Jesus da, *Prof. Doutor Torquato Brochado de Sousa Soares, notas bio-bibliográficas*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1978; MATTOSO, José, *Identificação de um país, ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, vol. I – *Oposição*; vol. II – *Composição*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985 (6.ª edição em volume único: Lisboa, Temas e Debates, Círculo-Leitores, 2015, com novo prefácio do autor); MARQUES, José, *Elogio do Professor Doutor Torquato de Sousa Soares*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2003; NUNES, J. P. Avelãs, *A História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico 1911-1974*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1995; OLIVEIRA, António de, 'As histórias da minha geração: uma perspectiva historiográfica', in *Pedaços de História Local*, Coimbra, Palimage, 2010; OLIVEIRA, António de, 'Seis décadas de História na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970)', in *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, n.º 42, 2011; RIBEIRO, Orlando, *A Formação de Portugal*, Lisboa, ICALP, 1987; TORGAL, Luís Reis, *História que História?* Lisboa, Temas e Debates, Círculo-Leitores, 2015.

Armando Martins



APOIOS:

